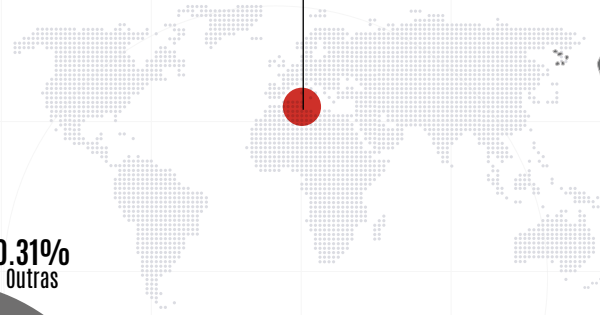
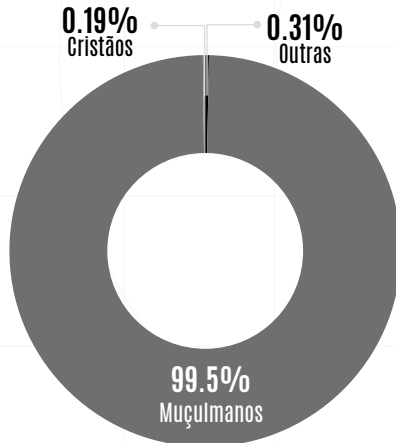




TUNÍSIA

RELIGIÃO



População

11,903,136



PIB per capita

10,849 US\$



Área

163,610 Km²

Índice de Gini*

32.8

*Desigualdade económica

DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E SUA APLICAÇÃO EFECTIVA

A Constituição pós-revolucionária¹ promulgada em Janeiro de 2014 afirma o compromisso do povo Tunisino “com os ensinamentos do Islão” e a protecção do “legado cultural” do país. De acordo com o artigo 1.º, “a Tunísia é um estado livre, independente e soberano; a sua religião é o Islamismo, a sua língua é o árabe, e o seu sistema é republicano.” O artigo 2.º afirma: “A Tunísia é um estado civil baseado na cidadania, na vontade do povo e na supremacia da lei.”

O artigo 6.º refere o seguinte: “O Estado é o guardião da religião. O Estado garante a liberdade de consciência e de crença, o livre exercício do culto religioso e a neutralidade das mesquitas [...]. O Estado compromete-se a divulgar os valores da moderação e tolerância, a proteger o sagrado e a proibir qualquer ofensa a este. O Estado compromete-se igualmente a proibir e a combater os apelos ao Takfir [acusações de apostasia] e o incitamento à violência e ao ódio.”² Os críticos vêem este artigo como contraditório.³ Embora o actual Governo enfatize a importância da liberdade religiosa, essa mesma liberdade é, segundo os críticos, minada pela Constituição, que eles

consideram como legitimadora das restrições. De acordo com Fadhel Achour, secretário-geral da União de Imãs, o secularismo na Tunísia é impossível porque a Tunísia historicamente é “um país muçulmano”.⁴

Apesar de, de acordo com o artigo 74.º, o presidente da República ter de ser muçulmano,⁵ a Constituição garante a liberdade de crença e consciência a todos os crentes e não crentes. As tentativas por parte de islamistas na Assembleia Constitucional de criminalizar a apostasia do Islamismo falharam. A conversão do Islamismo a outra religião não é ilegal nos termos da Constituição.

A Constituição proíbe campanhas contra a apostasia e o incitamento ao ódio e à violência por motivos religiosos. No entanto, a blasfémia permanece ilegal e a polícia pode invocá-la como pretexto para prender pessoas. A educação islâmica continua a ser uma componente necessária do currículo da educação pública.⁶

A lei da sharia (lei islâmica) não é referida como fonte de legislação, mas é parcialmente incorporada na lei do estatuto pessoal, quando trata questões relacionadas com o casamento e as heranças.

Segundo um acordo entre a Santa Sé e a Tunísia, desde 1964 que a Igreja Católica é oficialmente reconhecida e

autorizada a gerir igrejas e instituições sociais. Uma fonte católica local que quis permanecer anónima comentou o acordo da seguinte forma: “[O acordo] dá-nos certeza legal, mas também traz restrições. Segundo este *modus vivendi*, não somos autorizados a fazer expressões públicas da fé católica, como por exemplo procissões ou algo semelhante. No geral, este acordo proíbe qualquer forma de proselitismo.”⁷

A vasta maioria dos cidadãos tunisinos são muçulmanos sunitas, mas alguns converteram-se ao Cristianismo. Há quem considere que o número de convertidos chega aos 12 mil. De acordo com a World Religion Database, há 25.414 cristãos a viver na Tunísia. A maioria dos Cristãos estrangeiros são católicos e há fontes locais que sugerem que podem chegar aos 22 mil.⁸ Além disso, existem comunidades ortodoxas e protestantes. A maior parte dos Cristãos estrangeiros trabalham ou estudam na Tunísia, ou são imigrantes. Muitos deles são africanos da África Subsariana.

A Tunísia acolhe uma antiga comunidade judaica que conta actualmente com cerca de 1.900 pessoas.⁹ A maioria dos Judeus deixou a Tunísia após o estabelecimento do Estado de Israel. Os judeus tunisinos que permanecem no país encontram-se principalmente em Túnis e na ilha de Djerba. O rabino chefe é pago pelo Governo tunisino. Embora as comunidades judaicas ainda estejam expostas a ameaças, gozam de relativa liberdade e de protecção policial.¹⁰

Embora não seja formalmente ilegal que os não muçulmanos façam proselitismo junto dos Muçulmanos, isso é geralmente visto como “perturbação da ordem pública”¹¹ e pode ser alvo de um processo judicial. Além disso, “o código penal criminaliza o discurso susceptível de ‘causar danos à ordem pública ou à moralidade’, bem como actos que minam a moral pública de uma forma que ‘viola intencionalmente a modéstia’”.¹²

O falecido presidente Beji Caid Essebsi¹³ declarou o estado de emergência em 2015 na sequência dos ataques de extremistas e do medo de infiltração estrangeira. Até à data em que escrevemos, o estado de emergência ainda se encontra em vigor.¹⁴

INCIDENTES E EVOLUÇÃO

Em Setembro de 2017 foi levantada a proibição de 1973 que impedia o casamento entre uma mulher muçulmana

e um homem não muçulmano.¹⁵ No entanto, esta medida foi recebida com animosidade. A 16 de Agosto de 2018, Fathi Laayouni, o presidente da Câmara de El Kram, província de Tunes, do partido Ennahda, declarou que o seu município não iria validar este tipo de uniões. Para tal, citou os artigos 1.º e 6.º da Constituição que estipulam que a religião do Estado é o Islamismo e que o Governo é o guardião da religião. O então ministro dos Assuntos Locais, Riadh Mouakher, prometeu “sanções” contra Laayouni.¹⁶ Grupos da sociedade civil relataram que este não era o único caso de um presidente da câmara que se recusava a officiar casamentos entre mulheres muçulmanas e homens não muçulmanos. Em pelo menos um caso, um gabinete do presidente da Câmara também se recusou a casar dois cristãos.¹⁷

Em Novembro de 2018, o gabinete do presidente Essebsi aprovou um projecto de lei sobre direitos de herança iguais para as mulheres. O projecto de lei foi severamente criticado pelo partido islamista Ennahda¹⁸ e pelos clérigos muçulmanos,¹⁹ que o consideraram como “contrário ao Alcorão”.²⁰ Ainda não foi aprovado pelo Parlamento.²¹

A 1 de Março de 2019, Ahmed Shaheed, relator especial da ONU para a liberdade de religião ou crença, apresentou o relatório da sua visita à Tunísia em 2018 ao Conselho dos Direitos Humanos.²² O documento recomenda, entre outras coisas, “assegurar que a comunidade Bahá’í seja capaz de garantir personalidade jurídica que lhe permita manifestar a sua fé em conformidade com o artigo 18.º do ICCPR”.²³

A questão de não jejuar em público durante o Ramadão é uma questão recorrente. Embora nenhuma lei o proíba, a pressão social para não fazer jejum é forte. Vários grupos têm defendido o direito a comer, beber ou fumar em público.²⁴

A 29 de Maio de 2019, o proprietário do Café Damasco de Kairouan, Imed Zaghouani, passou 10 dias na prisão, antes de receber uma pena suspensa de um mês na prisão e uma multa de 300 dinares (90 euros). Embora não seja proibido manter um café ou restaurante aberto durante o Ramadão, as autoridades utilizaram uma “disposição vaga do Código Penal sobre ‘ofensa pública à moralidade’ para condenar” o proprietário do café.²⁵

A 6 de Novembro de 2019, o procurador anti-terrorismo do Tribunal de Primeira Instância em Túnis abriu uma investigação contra Mounir Baatour, advogado e ex-candidato presidencial, por este ter partilhado “na sua própria

página o conteúdo de uma página do Facebook chamada ‘The Untold in Islam’, na qual o Profeta Maomé é acusado de ser um violador e um assassino, e de ter ridicularizado grosseiramente a sua vida sexual”.²⁶

Embora a apostasia não seja punível segundo a lei tunisina, Baatour, que dirige o Shams, um grupo que defende as minorias sexuais,²⁷ foi acusado de “incitamento ao ódio e à animosidade entre raças, doutrinas e religiões”,²⁸ bem como de “incitação ao ódio, violência e segregação contra pessoas ou grupos de pessoas com base na discriminação racial”,²⁹ e de “apelo directo ao ódio entre raças, religiões e populações”.³⁰ Baatour também recebeu várias ameaças anónimas e um conhecido pregador apelou à sua morte ao abrigo da lei islâmica contra a apostasia. Desde então, fugiu para França.³¹

Em Maio de 2020, a bloguer marroquina Emna Charqui foi presa e interrogada depois de ter publicado uma mensagem no Facebook a que deu o nome de “A Sura do Corona”,³² em que pedia às pessoas que seguissem as regras de higiene ao estilo do Alcorão. Foi considerada culpada de “incitar ao ódio entre religiões”, condenada a seis meses de prisão. Charqui planeava recorrer.³³

Em Agosto de 2020, o presidente tunisino Kais Saied, que já tinha declarado publicamente a sua oposição à igualdade de género em questões de herança, reiterou a sua posição, argumentando que o texto corânico é “claro e suficiente” ao consagrar o princípio da justiça antes do da igualdade.³⁴

Desde 2015, o Estado tunisino tem sido capaz de evitar novos ataques terroristas em grande escala, especialmente contra locais turísticos. Contudo, a pressão dos grupos jihadistas continua e nos últimos dois anos têm ocorrido pequenos ataques terroristas.³⁵ Em Setembro³⁶ e Outubro³⁷ de 2019, as forças de segurança tunisinas mataram dois membros da Al-Qaeda.

De acordo com fontes locais, alguns muçulmanos convertidos ao Cristianismo foram perseguidos ou ostracizados pelas próprias famílias.³⁸

No dia seguinte a uma reunião entre o ministro da Saúde, o ministro dos Assuntos Religiosos, o Grande Mufti tunisino e presidente da mesquita de Ez-Zitouna, e uma instituição de ensino superior religioso, o Governo tunisino decidiu, em meados de Março, suspender todas as orações dentro das mesquitas. O presidente da mesquita de Ez-Zitouna declarou num comunicado que se opunha a esta decisão, e que esta não era a decisão tomada durante a reunião. O movimento fundamentalista e pan-islâmico Hizb ut-Tahrir declarou que a decisão era uma ofensa ao Islão, pedindo às autoridades que pusessem fim ao “cerco” às casas de culto religiosas.³⁹

As mesquitas permaneceram fechadas ao longo do Ramadão e Eid El-Fitr (fim de Maio) e reabriram no início de Junho.⁴⁰

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Globalmente, as declarações e decisões oficiais representam passos positivos para a liberdade religiosa. Mas a pressão social e oficial, bem como os textos jurídicos ambíguos, continuam a representar uma ameaça.

A forma como a liberdade religiosa irá evoluir dependerá provavelmente do presidente Saied, que está em funções há menos de seis meses à data de elaboração deste relatório. Algumas medidas, como a adopção do projecto de lei para a igualdade de direitos de herança para as mulheres, podem ser um indicador do que está para vir.

A evolução da situação económica, política e de segurança entre os países vizinhos da Tunísia (Líbia, Argélia, Sahel) é motivo de preocupação para a Tunísia e, mais amplamente, para a liberdade religiosa.

NOTAS

1 Tunisia’s Constitution of 2014, [constituteproject.org](https://www.constituteproject.org/constitution/Tunisia_2014.pdf?lang=en), https://www.constituteproject.org/constitution/Tunisia_2014.pdf?lang=en (acedido a 15 de Fevereiro de 2020).

2 Ibid.

3 Amna Guellali, “The Problem with Tunisia’s New Constitution”, Human Rights Watch, 3 de Fevereiro de 2014, <https://www.hrw.org/news/2014/02/03/problem-tunisia-new-constitution> (acedido a 15 de Fevereiro de 2020).

4 Alessandra Bocchi, “How religiously free is the Arab world’s most democratic country?”, The New Arab, 29 de Agosto de 2017, <https://www.alaraby.co.uk/english/indepth/2017/8/29/lifting-the-veil-religious-freedoms-in-tunisia> (acedido a 14 de Fevereiro de 2020).

5 Ibid.

6 “Tunisia”, Freedom in the World 2019, <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2019/tunisia> (acedido a 14 de Fevereiro de 2020).

7 Oliver Maksan, “Thanks to Pope Francis, people are interested in Christianity”, ACN International, 24 de Novembro de 2014, <https://aid-church.wordpress.com/2014/11/page/2/> (acedido a 14 de Fevereiro de 2020).

- 8 World Religions Database, <https://worldreligiondatabase.org/wrd/#/results/2613> (acedido a 21 de Julho de 2020).
- 9 World Religion Database, <https://worldreligiondatabase.org/wrd/#/results/2613> (acedido a 21 de Julho de 2020).
- 10 Gabinete de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, “Tunisia”, International Religious Freedom Report for 2016, Departamento de Estado Norte-Americano, <https://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm#wrapper> (acedido a 12 de Fevereiro de 2020); Alessandra Bocchi, op.cit.
- 11 “Tunisia”, End Blasphemy Laws, <https://end-blasphemy-laws.org/countries/middle-east-and-north-africa/tunisia/> (acedido a 14 de Fevereiro de 2020).
- 12 Gabinete de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, “Tunisia”, 2018, op.cit.
- 13 O presidente Essebsi faleceu a 25 de Julho de 2019, durante o seu mandato. As eleições presidenciais foram realizadas no Outono de 2019. Kais Saied venceu à segunda volta com 72,7% dos votos. Ver “Tunisia presidential election: Kais Saied declared winner”, Al Jazeera, 14 de Outubro de 2019, <https://www.aljazeera.com/news/2019/10/tunisia-presidential-election-kais-saied-declared-winner-191014163712569.html> (acedido a 3 de Março de 2020).
- 14 “Tunisia – Events of 2019”, Human Rights Watch, <https://www.hrw.org/world-report/2020/country-chapters/tunisia> (acedido a 14 de Fevereiro de 2020).
- 15 “Tunisia lifts ban on Muslim women marrying non-Muslims”, Al Jazeera, 14 de Setembro de 2017, <https://www.aljazeera.com/news/2017/09/tunisia-lifts-ban-muslim-women-marrying-muslims-170914154657961.html> (acedido a 3 de Março de 2020).
- 16 Gabinete de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, “Tunisia”, 2018, op.cit.
- 17 Ibid.
- 18 “Tunisia: Ennahda Rejects Inheritance Equality”, Human Rights Watch, 6 de Setembro de 2018, <https://www.hrw.org/news/2018/09/06/tunisia-ennahda-rejects-inheritance-equality> (acedido a 14 de Fevereiro de 2020).
- 19 “Tunisia clerics oppose equal inheritance rights for women”, News 24, 17 de Agosto de 2017, <https://www.news24.com/Africa/News/tunisia-clerics-oppose-equal-inheritance-rights-for-women-20170817> (acedido a 14 de Fevereiro de 2020).
- 20 George Sadek, “Tunisia: Cabinet Approves Bill Requiring Equal Inheritance Shares for Men and Women”, Biblioteca do Congresso, 4 de Dezembro de 2018, <https://www.loc.gov/law/foreign-news/article/tunisia-cabinet-approves-bill-requiring-equal-inheritance-shares-for-men-and-women/> (acedido a 14 de Fevereiro de 2020).
- 21 Akram Belkaïd, “Tunisia balks at inheritance changes”, Middle East Online, 5 de Agosto de 2019, <https://middle-east-online.com/en/tunisia-balks-inheritance-changes> (acedido a 14 de Fevereiro de 2020).
- 22 “Tunisia’s religious freedom curbed by societal pressure – UN Rapporteur”, World Watch Monitor, 23 de Abril de 2018, <https://www.worldwatchmonitor.org/coe/tunisias-religious-freedom-curbed-by-societal-pressure/> (acedido a 14 de Fevereiro de 2020).
- 23 Relatório do Relator Especial para a liberdade religiosa e de crença na sua visita à Tunísia, A/HRC/40/58/Add.1, 1 de Março de 2019, p. 16, https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwjtwwP-zs7nAhWHC-wKHULmDIMQFjAAegQIBBAB&url=https%3A%2F%2Fwww.ohchr.org%2FEN%2FHRCBodies%2FHRC%2FRegularSessions%2FSession40%2FDocuments%2FA_HRC_40_58_Add.1.docx&usq=AOVvaw3bgtKgJZk2_kmFSv9UXutw (acedido a 13 de Fevereiro de 2020).
- 24 Lilia Blaise, “For Some in Tunisia, Ramadan Is a Test of Personal Freedom”, The New York Times, 13 de Junho de 2018, <https://www.nytimes.com/2018/06/13/world/middleeast/ramadan-fasting-end-protest-tunisia.html> (acedido a 14 de Fevereiro de 2020).
- 25 “Tunisia - Events of 2019”, Human Rights Watch, <https://www.hrw.org/world-report/2020/country-chapters/tunisia> (acedido a 14 de Fevereiro de 2020).
- 26 “Tunisia: Halt Prosecution of Prominent Activist Accused of Inciting Hatred in a Facebook Post”, Human Rights Watch, 29 de Janeiro de 2020, <https://www.hrw.org/news/2020/01/29/tunisia-halt-prosecution-prominent-activist> (acedido a 13 de Fevereiro de 2020).
- 27 Ibid.
- 28 Artigo 14.º da lei de 2015 do combate ao terrorismo. Ibid.
- 29 Article 9 of the 2018 law on the elimination of all forms of racial discrimination. Ibid.
- 30 Artigo 52.º do decreto-lei de 2011 da liberdade de imprensa. Ibid.
- 31 Ibid; Hugo Greenhalgh, “Mounir Baatour stood in de Setembro de’s presidential poll and has now fled to Paris”, Openly, 9 de Janeiro de 2020, <https://www.openlynews.com/i/?id=fb2f31d3-bb4d-43b9-8d3f-3515c4b9be5d> (acedido a 14 de Fevereiro de 2020).
- 32 Barrett Limoges, “Prosecution of blogger over Quran parody ignites renewed fears of censorship”, Al-Monitor, 2 de Junho de 2020, <https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2020/05/tunisia-blogger-prosecution-quran-parody-protests.html> (acedido a 4 de Dezembro de 2020).
- 33 “Coronavirus: Blogger Emna Charqui given jail term over Koran-style post”, BBC News, 14 de Julho de 2020, <https://www.bbc.com/news/world-africa-53408262> (acedido a 4 de Dezembro de 2020).
- 34 “Tunisia: President speaks out against equality in inheritance”, The North Africa Post, 17 de Agosto de 2020, <https://northafricapost.com/43146-tunisia-president-speaks-out-against-equality-in-inheritance.html> (acedido a 4 de Dezembro de 2020).
- 35 UK Government, “Foreign travel advice Tunisia”, GOV.UK, <https://www.gov.uk/foreign-travel-advice/tunisia/terrorism> (acedido a 14 de Fevereiro de 2020).
- 36 Mongi Saidani, “Tunisia Kills ‘Terrorist’ Who Pledged Allegiance to Al-Qaeda”, Asharq Al-Awsat, 16 de Setembro de 2019, <https://aawsat.com/english/home/article/1905136/tunisia-kills-%E2%80%99terrorist%E2%80%99-who-pledged-allegiance-al-qaeda> (acedido a 15 de Fevereiro de 2020).
- 37 Mongi Saidani, “Tunisia: Qaeda’s Slain Algerian Leader was Mastermind of Major Terror Attacks”, Asharq Al-Awsat, 22 de Outubro de 2019, <https://aawsat.com/english/home/article/1956391/tunisia-qaeda%E2%80%99s-slain-algerian-leader-was-mastermind-major-terror-attacks> (acedido a 14 de Fevereiro de 2020).
- 38 Bethann Flynn, “A look at being a Christian in Tunisia”, Mission Network News, 17 de Dezembro de 2018, <https://www.mnnonline.org/news/a-look-at-being-a-christian-in-tunisia/> (acedido a 14 de Fevereiro de 2020).
- 39 Georges Fahmi, “Pray in Your Homes”: Religion and the State in North Africa in Times of COVID-19’, Istituto Affari Internazionali, Julho de 2020, <https://www.iai.it/en/pubblicazioni/pray-your-homes-religion-and-state-north-africa-times-covid-19> (acedido a 4 de Dezembro de 2020).
- 40 “Tunisia to reopen mosques, cafes after nearly 3 months”, Middle East Monitor, 21 de Maio de 2020, <https://www.middleeastmonitor.com/20200521-tunisia-to-reopen-mosques-cafes-after-nearly-3-months/> (acedido a 4 de Dezembro de 2020).